

O NEOLIBERALISMO ESCOLAR E O TEMPO DESTINADO PARA O LUTO NOS CENÁRIOS INSTITUCIONAIS DA EDUCAÇÃO

SCHOOL NEOLIBERALISM AND THE TIME ALLOCATED FOR MOURNING IN INSTITUTIONAL SCENARIOS OF EDUCATION

Lauren Dri Bacin¹

Juliana Zambelli Nogueira²

Magda Nunes de Carvalho³

Marcelino Ortiz Tamara⁴

Guilherme Amaral Nunes⁵

Jaderson da Silveira Prochinski⁶

RESUMO: O artigo que aqui se apresenta visa discutir o processo e o tempo de luto dentro do contexto escolar moderno, onde o rendimento e o bom desempenho nas provas e avaliações são mais importantes do que o desenvolvimento psicossocial e as necessidades emocionais dos alunos. As chamadas Parcerias Público-Privadas, extremamente comuns no cenário educacional do Brasil após os anos 90, onde a iniciativa privada se associa com o Estado na condução das instituições escolares públicas, intensifica ainda mais essa ideologia neoliberal. O luto é um processo doloroso e intenso, natural do desenvolvimento humano, mas que precisa ser acompanhado de perto e receber a atenção devida, sobretudo quando o indivíduo enlutado ainda se encontra em estágio de formação, ou seja, na infância ou adolescência. Justifica-se a escolha do tema pela relativização e a tendência de suprimir os sentimentos dos alunos quando se inicia um processo de luto em sala de aula, causado pela morte de um dos colegas da instituição escolar, para o rendimento e o desempenho acadêmico não sejam prejudicados. A metodologia de pesquisa é descritiva e qualitativa, podendo ser classificada como uma pesquisa bibliográfica. Os resultados apontam para a importância e o potencial de gravidade que um processo de luto, não administrado da maneira mais saudável, pode ter no desenvolvimento psicossocial de crianças e adolescentes, havendo assim a responsabilidade da escola de conduzir esse processo de luto com compreensão, escuta ativa e empatia, colocando os alunos e os seus sentimentos como prioridade.

483

Palavras-chave: Luto. Escola. Privatização. Neoliberalismo escolar.

¹Graduada em ciências sociais pela instituição IBRA.

² Graduada em pedagogia em sociologia pela instituição FAVENI.

³ Graduada em direito pela instituição UNIRITTER.

⁴Graduado em pós-graduação em gestão pública pela instituição FOCUS.

⁵Graduado em pós-graduação em direito penal pela instituição DAMASIO DE JESUS.

⁶ Graduado em administração pela UFSM.

ABSTRACT: The article presented here aims to discuss the mourning process and time within the modern school context, where performance and good performance in tests and assessments are more important than the psychosocial development and emotional needs of students. The so-called Public-Private Partnerships, extremely common in the educational scenario in Brazil after the 1990s, where the private initiative is associated with the State in the conduct of public school institutions, further intensifies this neoliberal ideology. Mourning is a painful and intense process, natural to human development, but it needs to be closely monitored and given due attention, especially when the bereaved individual is still in the training stage, that is, in childhood or adolescence. The choice of the theme is justified by the relativization and the tendency to suppress the feelings of the students when a process of mourning begins in the classroom, caused by the death of one of the school's colleagues, so that academic performance and performance not be harmed. The research methodology is descriptive and qualitative and can be classified as a bibliographic research. The results point to the importance and the gravity potential that a grieving process, not managed in the healthiest way, can have on the psychosocial development of children and adolescents, thus having the school's responsibility to conduct this grieving process with understanding, listening active and empathetic, placing students and their feelings as, a priority.

Keywords: Mourning. School. Privatization. School neoliberalism.

484

INTRODUÇÃO

Dentro do cenário educacional brasileiro, bem como em outras grandes potências do mundo, um processo de mercantilização se encontra em curso. Ou seja, muitas vertentes que atuam nesse meio interrompem com os planos primordiais de democratização do ensino de qualidade e gratuito para todos e propõem a participação crescente da iniciativa privada e as suas ideologias neoliberais no comando associado das instituições públicas de ensino, originando as chamadas Parcerias Público-Privadas.

Nesse contexto, é ainda mais intensificada a ideia de que o sistema de ensino deve se voltar, quase que exclusivamente, para a produção de resultados positivos e satisfatórios em avaliações de larga escala. Isso é, coloca-se que é função dos profissionais educadores e da escola enquanto instituição garantir o bom desempenho e rendimento escolar dos alunos, elevando a média nacional e formando profissionais mais capacitados para o mercado de trabalho.

Questões relacionadas ao desenvolvimento psicossocial, aquisição da inteligência emocional, conhecimento e respeito às diversidades, valorização das singulares culturas e a

compreensão do tempo de aprendizagem de cada aluno, ficam em segundo, terceiro ou quarto plano, sendo a prioridade absoluta garantir um desempenho satisfatório em provas e testes aplicados.

Partindo do princípio de que tudo aquilo que está vivo está sujeito a morrer, o luto é um processo que faz parte e pode estar presente dentro do contexto escolar. Seja em situações em que um dos alunos perde alguém próximo ou até mesmo quando ocorre o falecimento de um dos alunos, professores ou qualquer membro da equipe de profissionais escolares.

O luto é uma tristeza que se torna presente quando o próprio sujeito perde uma pessoa querida para a morte. Muitos desconhecem é que este fenômeno não invade somente nesta situação e sim em outras condições de perdas, seja um bem material ou qualquer objeto simbólico que tenha um valor sentimental na vida do indivíduo. A forma que ele irá lidar vai depender bastante da forma como o sujeito reage com as suas situações que trouxeram frustrações no decorrer da sua vida. (COCENTINO; VIANA, 2011).

Segundo Kubler-Ross (2008), subdividiu o processo do luto em diversos estágios, sendo eles a negação, a raiva, a barganha, depressão e aceitação. Acontecem nessa ordem, pois tudo depende da forma como irá solucionar a questão em si. Tem casos que o indivíduo se quer conseguir entender que algo foi perdido de vez, e com isso fica encarcerado a algum dos estágios citados acima, tendo uma compreensão hoje que se entende que é possível ou não passar por essas fases.

A conhecer que a morte é algo infalível, ainda sim o homem trabalha com a sua própria existência, como se as pessoas na qual ele ama e tem importância na sua vida fossem imortais, realidade que se intensifica ainda mais quando essa análise se volta para indivíduos em formação, como as crianças e os adolescentes, pessoas em idade escolar que são a faixa de estudo do artigo que aqui se apresenta.

Logo, o problema de pesquisa do presente artigo pode ser exemplificado pela seguinte questão: estariam as escolas, frente as ideologias neoliberais que buscam o desempenho e o rendimento escolar a todo custo, prontas para lidar e conduzir um processo de luto saudável?

O objetivo geral da presente pesquisa é discutir o tempo e o processo do luto dentro dos espaços escolares modernos. Os objetivos específicos relacionam-se com a análise da mercantilização do sistema de ensino no Brasil, as frentes e questões relacionadas ao luto e a presença desse processo dentro das salas de aula.

O artigo se divide em três grandes momentos, o primeiro deles visa discutir o luto enquanto uma resposta natural da psique humana, uma vez que apesar de conhecida, nunca

se está preparado para a morte. Já em seguida, são propostas análises reflexivas sobre as iniciativas de privatização e mercantilização do sistema educacional no Brasil, resultado do crescimento das ideologias neoliberais nesses espaços. Por fim, em associação com os dois temas supracitados, visa-se discutir sobre a condução e o tempo reservado para o luto dentro das salas de aula modernas, onde o foco tendo a ser a busca por um rendimento acadêmico elevado.

1. O PROCESSO E O TEMPO DO LUTO

Cavalcanti et al., (2013) define que o luto se relaciona com a perda e as suas consequências psicológicas para aqueles que ficam. Tendo em vista as características extremamente dolorosas que o processo de luto possui, mesmo que a morte faça parte diretamente e inegavelmente da vida de todas as pessoas, esse não é um tema que chega a ser verdadeiramente discutido, inviabilizando, geralmente, uma possível preparação para a perda e para o luto em si.

Compreende em um processo que pode ser iniciado na vida de qualquer ser, podendo ter tem uma finalidade bastante marcante, principalmente quando o enlutado no momento não tem estruturas emocionais suficientes para lidar com a perda daquele – ou daquilo- que ele mesmo julga de grande importância psíquica ou na qualidade de suporte familiar, resultando em um processo de luto lento, doloroso e que pode trazer consequências negativas para a sua vida e a sua rotina (CAVALCANTI et al., 2013).

Como bem coloca Campos (2013), um dos pontos mais importantes para que se compreenda o processo de luto pela visão da psicanálise deriva do fato de que o luto é uma resposta natural do comportamento humano frente a uma adversidade, no caso a perda absoluta e irreversível de um familiar, de um objeto ou de um ciclo, que foi finalizado sem retorno. Ou seja, o luto e a suas fases são processos normais e não devem ser reprimidos ou demonizados, porém, existem alguns indivíduos que não conseguem iniciar e finalizar esse processo de luto, fazendo com que o mesmo se estenda por meses e até mesmo anos.

Essa característica, bem como a melancolia frequente, a interrupção nas atividades ocupacionais, dificuldades de visualizar ou lidar com qualquer lembrança associada ao luto, desenvolvimento de transtornos e síndromes como depressão, ansiedade, síndrome do pânico e outros, exemplificam o momento em que se deve reconhecer que o processo de luto em questão já não pode mais ser considerado normal (CAMPOS, 2013).

É justamente por isso que Freud (2014) define que intervenções em processos de luto são desnecessárias e podem ser até mesmo prejudiciais. O autor coloca o processo de luto como algo patológico no desenvolvimento humano, mas não podendo ser considerado uma doença propriamente dita. O indivíduo enlutado sabe exatamente a fonte da sua dor, sabe exatamente o que perdeu e precisa passar por uma adaptação da nova vida que precisa levar, lidando com a ausência definitiva daquilo que foi perdido. Tendo em vista que a morte e o fim de ciclos e da vida útil de objetos é inevitável, todos os indivíduos já passaram por um processo de luto, incluindo os bebês recém-nascidos que precisam lidar com a perda da segurança e da comodidade da vida no útero materno.

Além disso, é preciso pontuar que o luto não está associado apenas à morte de uma pessoa com grande carga de importância afetiva na vida do enlutado. Mas, o processo de luto ocorre inúmeras vezes ao longo do desenvolvimento humano. O processo de nascimento compreende em um luto, assim como todas as etapas e o fim de todos os ciclos que vão se seguir: o luto do adolescente pelo fim da sua infância, do adulto pelo fim da sua juventude, do idoso pelo fim da sua vida profissional ativa e do corpo jovem e as suas possibilidades, o encerramento de um relacionamento importante e intenso e outras situações (FREUD, 2014).

487

Na sua obra “Inibições, Sintomas e Ansiedades”, Freud (1926) pontua a ansiedade de castração no estágio do pênis, que também é um desenvolvimento psicológico, também constitui o medo da separação de objetos de alto valor (ou seja, a perda de objetos). Nesta fase, o pênis tem um alto valor narcísico, o que pode aproveitar o fato de o órgão garantir que ele pode se reintegrar à mãe (comportamento de acasalamento).

Como a eliminação do Superego, onde essa possibilidade faz com que a separação da mãe seja reiniciada, o que novamente significa tensão desagradável, porque aconteceu durante a separação a situação perigosa mais antiga da mãe, que para o autor é o abandono com autodesenvolvimento. Então quando O self do indivíduo é imaturo e a sua vida está em perigo. Até na primeira infância, existe o risco de perder objetos; até a fase fálica o perigo do corte fundido e o medo do superego até o período de incubação (FREUD, 1926).

Nesse cenário, Freud (1926) retorna os seus estudos para a análise da dor contida na perda, que precisa ser analisada de forma separada devido a sua importância. Quando há dor física, ocorre um alto grau de narcisismo na parte do corpo que sente a dor. No plano psicológico, diante de situações dolorosas, a catexia se concentra nos objetos perdidos ou perdidos e, como não pode ser acalmada, a catexia tende a crescer continuamente. As

condições econômicas criadas pela dimensão psicológica são as mesmas que as criadas para enfrentar a dor física, logo, a transição da dor física para a dor mental corresponde à passagem da catexia narcísica (investir em partes danificadas do corpo) para a catexia do sujeito (objeto perdido).

No processo de luto, qualquer atividade que não tenha conexão com o objeto perdido e perda de interesse pelo mundo exterior é suprimida, porque a fraqueza do objeto continua a aumentar e tende a esvaziar o self. Essa restrição expressa amor ao luto e nenhum investimento em qualquer outro propósito ou interesse (FREUD, 1926).

A inibição não tem necessariamente significado patológico, mas sim uma restrição à função própria, implementada como medida preventiva ou causada pelo consumo de energia. O self em estado de luto se encontra em uma tarefa mental particularmente difícil e perde muita energia para ser usada, e tem que reduzir muito o consumo de energia simultaneamente (FREUD, 1926).

O processo de luto foi estabelecido para especificar a perda, incluindo o desligamento do desejo sexual de todas as memórias e expectativas associadas ao objeto perdido, portanto, é considerado um processo lento e doloroso. Diante de situações dolorosas, a impossibilidade de ser estimado - afinal, o objeto não existe mais - faz com que Catexia se concentre em objetos perdidos ou perdidos, tendendo a aumentar efetivamente portanto, sendo superclassificada. Quando o self está em processo de luto por meio da terapia com supercateter, a formação do self é realizada sob a influência do teste de realidade, crucial para verificar se o objeto não existe mais.

488

Como Freud (1920) descreveu, o instinto da realidade funciona por meio do instinto de autoproteção do self. Este princípio não desiste de se divertir, mas exige o adiamento da gratificação para se divertir no futuro. Em contrapartida, o princípio do gozo, intimamente relacionado ao instinto sexual, torna-se mais difícil de domar, por isso, busca o gozo imediato e, desde o início, foi visto como altamente perigoso e ineficaz para a autoproteção.

Portanto, o teste de realidade é para automanutenção e requer adiamento da satisfação. Nesse processo, o self é absorvido por meio dos superpoderes da memória associada ao objeto, obtendo-se satisfação imediata, autopreservação e expansão psicológica da existência do objeto perdido. Segundo Freud (1915), essa oposição leva ao afastamento da realidade e à perda de objetos perdidos.

Toda memória e expectativa isolada de que o desejo sexual está ligado ao sujeito é despertada e supercategorizada, enquanto o teste de realidade exige que todo o desejo sexual

seja retirado do contato do sujeito. Desta forma, o trabalho do luto pode ser realizado quando a realidade prevalece: quando um certo grau de comportamento catártico é alcançado, o desejo sexual é fechado e o eu fica livre sem restrições.

Campos (2013) relaciona a teoria psicanalítica do luto com as noções de pulsões de vida e morte definidas por Freud. Muitas foram às contribuições de Freud para a psicologia moderna, como a psicanálise, citada anteriormente, e os conceitos de pulsão de vida e morte que serão abordados no presente trabalho.

Num primeiro momento, se torna necessário compreender o que seria a “pulsão” e o emprego do conceito na teoria de Freud. A “pulsão”, nesse caso, adota uma associação clara com o conceito de “motivação”, ou seja, o que faz a pessoa desenvolver tais sentimentos e agir de determinadas formas (GUTIÉRREZ, 2002).

A pulsão de vida está totalmente relacionada aos sentimentos e situações que fazem o indivíduo se sentir vida, eufórico, satisfeito, como o amor, a alegria, a excitação, dentre outros. Por outro lado, as pulsões de morte referem-se aos sentimentos ruins como o ódio, a agressividade e a mágoa (GUTIÉRREZ, 2002).

Como supracitado, Freud coloca que essas pulsões não podem ser vistas no corpo físico das pessoas e nem tão pouco analisadas através das suas mentes, mas sim no meio-termo entre as mesmas. Causando impactos e sendo motivadas por ambas as partes, o corpo físico e a psique.

Freud coloca que as pulsões de morte e vida não são contrárias, mas sim complementares e naturais a todas as pessoas, ou seja, todos possuem fases ou momentos que passam por pulsões de vida ou morte. Caracterizando assim, algo semelhante com o equilíbrio, e o desequilíbrio quando a uma pulsão mais presente que a outra.

Bem como as demais produções mencionadas, os conceitos de pulsão de vida e morte desenvolvidos por Freud foram fundamentais para a compreensão da psique humana, bem como para a fundamentação e desenvolvimento da psicanálise e da psicologia moderna.

Nas suas contribuições para o tema, Maria Rita Kehl (2015) discute sobre a relação que existe entre o tempo, o luto e o desenvolvimento da depressão enquanto doença, na obra intitulada de “O tempo e o cão: a atualidade das depressões”. A autora baseia as suas ideias em Lacan, acompanhado de outros grandes nomes da filosofia, mas difere muito a sua escrita ao manter a de forma clara e objetivo ao longo do texto, exemplificando os seus apontamentos em vivências internas e externas.

A discussão central do livro se relaciona com o fato de a depressão seguir em franco crescimento, se consolidando como um problema de saúde pública que afeta milhões de pessoas e tem, no século XXI, o seu apogeu. Kehl (2015) defende a ideia de que essa realidade deriva de uma recusa de se aceitar certos aspectos sociais e culturais por parte dos agentes modernos, que tendem a questionar e ir de oposição a uma série de estruturas sociais e dos conceitos do que seria “tradicional” e “correto” para o senso comum e o conservadorismo.

Porém, a autora reforça que a depressão e a melancolia não são uma novidade, muito pelo contrário, se apresentam de forma significativa em todos os períodos da história humana das quais se tem registro histórico. Entretanto, esses temas só entram em discussão, sobretudo a melancolia, no processo de transição entre a Idade Média e a Modernidade. Obviamente, Kehl (2015) concorda que as motivações depressivas se alteram de forma significativa ao longo do tempo, bem como ocorre com as sociedades, mas a base tende a ser sempre a mesma: percepção das injustiças e das problemáticas que se relacionam com as estruturas sociais e as definições das condutas e ideologias tidas como “corretas”.

Trazendo a discussão realizada por Kehl (2015) para o tema que aqui se discute, é possível colocar que a autora trata o conceito de “tempo” frente às estruturas sociais modernas de forma extremamente profunda e interessante. Em suas análises, Maria Rita associa à urgência, as exigências de produtividade constantes e intensas, a redução da capacidade de esperar e de reconhecer o tempo necessário para que as ações sejam concluídas, como os motores de uma ansiedade constante por tempo, por ter mais tempo e por consegue realizar cada vez mais tarefas em cada vez menos tempo. A não capacidade de atingir esse objetivo, que parece ser imposto pelo estilo de vida moderno, gera insatisfação, melancolia, evoluindo até mesmo para quadros de depressão.

Como Kehl (2015) realiza essa relação tão importante entre o tempo, o estilo de vida moderno, a melancolia e a depressão, são fundamentais para haver a compreensão plena do que se discute no presente artigo, uma vez que essa lógica de produtividade intensa e constante, onde apenas os resultados são importantes, também é aplicada nas escolas, resultando em alunos que entram em um processo que já foi supracitado: sensação de incapacidade, sentimento de deslocamento e invalidez, gerando melancolia e até mesmo um quadro depressivo.

Ainda discorrendo sobre o conceito de “tempo”, suas pluralidades e implicações, Dunker (2019) chama atenção para o que a psicanálise estuda como “luto infinito”, onde o indivíduo interioriza o processo de luto como parte do seu Eu, partindo do princípio que esse

luto e todos os seus sintomas devem fazer parte de si, tendo em vista que se os mesmos deixarem de existir, o objeto e a sua perda tornai-se reais e ocorreria um processo de desligamento não mais físico, mas espiritual e psicológico. É justamente nesse ponto que a melancolia e o comportamento depressivo podem tomar cada vez mais espaço dentro do Eu desse indivíduo enlutado.

Contudo, Dunker (2019) defende que o luto, seus processos e suas fases, são fundamentais no processo de superação e de dissolução de sentimentos nocivos dentro do Eu desse indivíduo. Ou seja, o luto deve ser vivido e não pode ser ignorado, visto que quando essa opção é tomada, torna-se extremamente comum que essa pessoa manifeste o luto de formas alternativas, mas ainda sim prejudiciais, como através do desenvolvimento de traumas, ansiedades, pânico e outros. Logo, como parte a premissa desta pesquisa, não representa uma atitude positiva e recomendada a ação de ignorar o processo de luto dentro de instituições escolares na esperança de não prejudicar o Currículo Educacional, visto que essa ação não respeita a individualidade e a saúde mental e emocional desses alunos.

Contribuindo ainda mais para essa premissa, Soares e Castro (2017) reenterram que assim como a morte, a perda e o luto são fenômenos inevitáveis na vida de um ser humano, logo, não há como escolher, influenciar ou obrigar outra pessoa a ignorar, ou simplesmente não viver tais processos e todas as sensações geradas, mesmo que se argumente que as motivações são positivas, como priorizar o desenvolvimento acadêmico e educacional de um aluno.

491

A relação direta do luto e a psicanálise deve ser atribuída, principalmente, a busca e a realização de tratamento adequado frente a não finalização efetiva e saudável do processo de luto em questão, chegando a tornar-se uma doença. Depois que os enlutados fazem um acompanhamento acontece uma forma de proteção, possibilitando que os parentes expressem os seus sentimentos frente à morte, auxiliando no processo de superação da dor da perda.

2.1 A mercantilização do ensino no Brasil através das Parcerias Público-Privadas

O tópico que aqui se apresenta visa discorrer sobre o processo de consolidação das Parcerias Público-Privadas no setor educacional no Brasil. Não apenas apresentando esse modelo de convênio que vem a tomar força desde a década de 90, mas principalmente problematizando como essas parcerias podem divergir das iniciativas de democratização do ensino público de qualidade e reduzir a qualidade da oferta educacional, visto que o sistema

passa a ser focado em números e não mais, exclusivamente, no desenvolvimento acadêmico e psicossocial dos alunos.

É importante salientar que a motivação para a escolha da discussão desses processos se relaciona com as ideologias impostas e valorizadas através dos mesmos: o neoliberalismo aplicado a educação pública nacional, onde o sujeito – no caso, o aluno – e a suas demandas perdem espaço para o que produzem e para a qualidade dessas produções que devem ser elevadas e constantes, seguindo um currículo que não admite atrasos e que não reserva tempo algum para discussões que se relacionam com questões emocionais ou manifestações alternativas aos conteúdos, como o luto.

Muitos teóricos apontam para como a consolidação das Parceiras Público-Privadas no setor educacional representa um processo perigoso de mercantilização da educação, que não pode ser vista como um produto, uma vez que corresponde a um Direito Fundamental previsto na Constituição Federal de 1988. Não deixando de analisar o modo como essas ideologias impactam o sistema educacional básico público, desde a formação dos professores até os processos que se relacionam a educação em sala de aula propriamente dita.

O Brasil está longe de ser o único país a adotar as Parceiras Público-Privadas ou sistemas de privatização parecidos, nem tão pouco está perto de ser o país onde esse processo é mais intenso. Porém, é possível que sejam observadas semelhanças entre os caminhos da democratização do ensino e, agora, da privatização do mesmo em países que pertencem à América Latina como: Bolívia, Chile, Venezuela, Argentina e Uruguai.

492

Para a presente discussão seja iniciada é preciso pontuar a vastidão do tema: o direito a educação. Essa linha de pesquisa é tão extensa que muitos estudiosos defendem a ideia de que ela deveria ter autonomia dentro do direito, ou seja, que passasse a ser uma matéria propriamente dita de estudo. Neste ponto devem ser abordados alguns conceitos doutrinários do direito à educação, servindo de base para o segundo lado da ponte: cidadania-educação.

O conceito de educação aqui apresentado tem apenas uma perspectiva que não há como estudar um direito, sem se quer traçar um esboço do objeto que ele pretende tutelar. Neste sentido, Durkheim (1978, p. 41), conceitua educação da seguinte forma:

[...] a ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objetivo suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto e pelo meio especial a que a criança particularmente se destina.

A principal importância deste conceito se deve à sua amplitude. O valor constitucional, que foi dado ao direito à educação, enquanto direito social fundamental, bem como as suas finalidades já explicitadas, não permite mais pensar a educação enquanto mera instrução, ou robotização através da memorização contínua.

Já na Constituição Federal da República de 1988 o direito à educação é o primeiro dos direitos sociais fundamentais elencados no caput do artigo 6º. Sendo que este direito vem mais bem regulamentado na Seção I do Capítulo III da Constituição da República, onde constam suas finalidades, princípios, deveres do Estado, conteúdos mínimos, etc. De maior importância no presente estudo é o art. 205 desta Seção:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, o seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho”.

Da simples leitura deste dispositivo é possível perceber as principais finalidades da educação, além do íntimo nexos que elas encontram com os princípios fundamentais pautados no artigo 1º deste mesmo Diploma. A primeira finalidade da educação é o pleno desenvolvimento da pessoa, finalidade que se pode vincular ao princípio da dignidade da pessoa humana.

493

Complementa-se este tópico evidenciando-se a relevância do direito social à educação enquanto forma de combater a manipulação, garantindo-se, por meio deste direito, a liberdade de consciência. Nesta esteira, Silveira (2008) explica que o direito social à educação está atrelado à liberdade de consciência, de tal forma que somente através deste vínculo é que se possibilitará adequado grau de desenvolvimento cultural no indivíduo, permitindo um grau satisfatório de consciência livre de induções ou manipulações.

O recorte histórico-social que se relaciona com as Parcerias Público-Privadas começam, de fato, na década de 90. A década de 1990 é marcada pelo governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1994-1998; 1998-2002), com destaque para a aprovação do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) (1995), que acaba por estimular ao fortalecimento das parcerias público-privadas na promoção dos direitos sociais, reconfigurando assim, a ação do Estado na oferta dos serviços sociais, resultado da adoção das políticas neoliberais e que acabaram afetando diretamente a promoção da educação pública e, principalmente, para fins desta análise, da oferta de educação infantil.

Nesse contexto, Chahaira (2019) descreve a importância de discutir sobre uma das esferas do capitalismo moderno: o setor público não-estatal. É justamente no Plano Diretor

que esse conceito se propaga, relacionando-se as organizações sem fins lucrativos e que trabalham diretamente pelo bem público, sem serem de propriedade de nenhum indivíduo ou empresa privada.

Em que pese, no ano de 1996, tem-se a aprovação do FUNDEF e entrou em vigor em 1998 e teve importante repercussão para as matrículas na educação infantil. Silva et al., (2020) defende que essa repercussão se associava diretamente a valorização dos profissionais docentes da Rede Estadual para a educação básica por meio da adoção de políticas públicas e a viabilização de fundos para a valorização docente no frente ao Estado e a rede pública de ensino.

A respeito dessas reformas e as suas características neoliberais e as suas consequências para a educação pública, muitos estudos foram realizados e evidenciaram, com clareza, quais interesses estavam em jogo (DAGNINO, 1994; COSTA, 1994; ADRIÃO; PERONI, 2005).

As parcerias público-privadas podem ser reconhecidas como uma política de Estado, pois é utilizado amplamente pelos governos desde o final dos anos 1990. Na prática, consiste na contratação de uma instituição privada sem fins lucrativos, que passa a receber um subsídio do setor público para auxiliar no custeio das matrículas das crianças, vedado em lei, a cobrança de qualquer valor aos responsáveis. Porém, alguns fatores precisam ser analisados e rigorosamente combatidos se pensarmos que o prejuízo pode ser em uma educação de menor qualidade e que fuja aos princípios da constituição que é a laicidade, visto que nos casos de conveniamento a instituição pode ser confessional, considerando também a previsão das escolas confessionais e comunitárias, segundo o disposto no caput do art. 213 da Constituição Federal de 1988.

494

Neste contexto, a educação passa a ser reconhecida pelo chamado “empresariado da educação”, como um mercado cobiçado por grupos educacionais com interesses claros, o investimento e interesse de empresas privadas na formação dos professores e a alteração da lógica de formação por programas rápidos passa a ser componente chave da maioria das versões de privatização, ameaçando alterar tanto as formas quanto o conteúdo do trabalho na escola, atingindo diretamente a cultura escolar e a relação estabelecida entre professores, alunos e comunidade, conforme Caetano (2015). Sobre a atuação privada na educação, Freitas (1995, p. 127) observa que o “ensino básico e técnico vai estar na mira do capital pela sua importância na preparação do novo trabalhador”. Dessa forma, a nova escola necessitará de uma didática diferenciada, cobrando-se um novo perfil de professor”. Assim,

[...] tanto na didática como na formação do professor haverá uma ênfase muito grande no “operacional” nos resultados - a didática pode restringir-se cada vez mais ao estudo dos métodos específicos para ensinar determinados conteúdos considerados prioritários [...] e os determinantes sociais da educação e o debate ideológico poderão ser considerados secundários – uma perda de tempo motivada por um excesso de politização da área educacional (FREITAS, 1995, p. 127, grifos do autor).

Cada vez mais, o profissional docente é visto como um trabalhador voltado para os resultados, é usado modelos de gestão empresarial com indicadores que avaliam o desempenho dentro desta lógica de mercado. Freitas (1995, p. 128) ainda preconiza que “é muito provável que estejamos diante de uma retomada do tecnicismo sob novas bases: uma espécie de neotecnicismo” e as possíveis consequências, advindas dos novos interesses do capital pela educação. Relacionam-se a isso os tipos de capacidades exigidas pela nova base produtivo-capitalista que é criar tipos de relacionamento interpessoal para ampliar as iniciativas individuais e as motivações para trabalho.

Esse tipo de modelo desqualifica e desprofissionaliza o trabalho docente, além de avançar no sistema de privatização, especialmente numa área de grande importância no contexto educacional: a formação de professores. O programa defende uma formação rápida, quando prioriza a formação continuada, em lugar da inicial, com um caráter nitidamente instrumental.

495

Foi após a década de 90 que as tendências se direcionaram para as Parcerias Público-Privadas num processo de terceirização e mercantilização da educação, colocando a mesma como um produto. Indo contra as tendências de democratização do sistema educacional público da época e reduzindo a qualidade da oferta para educadores atuarem no ensino público nacional. Nesse cenário, processos psicossociais de desenvolvimento e fortalecimento emocional, como o luto, não encontram espaço na grade curricular das escolas que segue essa premissa neoliberal de ensino.

Nesse cenário, torna-se necessário compreender que muito se perde na anulação do aluno enquanto sujeito, do reconhecimento dos seus sentimentos e das suas necessidades enquanto indivíduo em processo de formação e de construção, não apenas acadêmica ou física, mas também no que se refere ao seu papel enquanto agente social. Perde-se a oportunidade de contribuir de forma significativa para o avanço da sua inteligência emocional, do seu processo de autoconhecimento, autoaceitação, e de formação de um indivíduo consciente, empático, e socialmente mais apito, não apenas para lidar com o luto e com as perdas, mas com a sociedade de forma geral.

2.2 O luto em sala de aula

O luto é um dos processos que podem ocorrer na escola, de diversas formas diferentes, desde a morte de algum integrante do corpo de funcionários da escola, algum familiar próximo de um aluno, ou ainda de um aluno diretamente. Tal realidade deriva do fato de que, como supracitado, a morte é uma parte inevitável da vida e todos os indivíduos vão passar por processos de luto ao longo do seu desenvolvimento. O processo de luto objeto de estudo do presente trabalho é aquele que deriva da morte de um ente querido ou de alguém que fazia parte do cotidiano, como pode ocorrer em ambientes escolares.

As Parcerias Público-Privadas agem como uma forma de legitimação das ideologias neoliberais dentro dos espaços educacionais no Brasil, viabilizando a extensão de um currículo educacional denso, apertado, cheio e que exige que crianças estejam plenamente alfabetizadas e letradas antes mesmo de compreenderem de maneira adequada a sua própria existência e as relações sociais que realizam. Bem como, incentivam um processo de ensino “militarizado”, fechado, exercido e avaliado de forma tradicional, não respeitam as singularidades de cada um dos alunos que compõem o espaço escolar.

Duvernoy (2018, p. 3) discute sobre esse endurecimento e sobre os caminhos que o Currículo Educacional e a Base Nacional Comum Curricular seguem seguindo:

Observa-se que os documentos ministeriais parecem reduzir o currículo a conteúdos para o desenvolvimento de competências, a expectativas, aos objetivos, falam em direitos de aprendizagem e desenvolvimento. No entanto, os currículos desdobrando-se em instrumentos de medida e avaliação que nem sempre dão conta da multiplicidade de identidades individuais e coletivas presentes em nossa sociedade. Além de ocultar e não promover determinadas culturas, os currículos materializados exercem um papel importante na repressão de identidades, sejam elas de gênero, raça, etnia ou mesmo no silenciamento de modos de vida de grupos infantis, ou juvenis mais reais (DUVERNOY, 2018, p. 3).

Semelhante, de forma proposital, com o mercado de trabalho moderno, a escola passa a se colocar como um espaço que não admite erros, onde o rendimento e o desempenho nas avaliações internas – e principalmente externas – são extremamente importantes, visto que atestam a qualidade do ensino. Nesse cenário, o currículo educacional, tradicionalmente efetivado para cumprir com os objetivos quantitativos neoliberais, tende a não abrir espaço para desenvolvimento de habilidades como a inteligência emocional e processos como o luto e o tempo necessário para se assimilar a perda de maneira saudável. Sobre as avaliações externas em larga escala, principal instrumento de avaliação da qualidade do produto ofertado – a educação – Ferreira e Pereira (2019, p. 1), apontam:

A valorização dada às avaliações externas se relaciona, dentre outros, ao contexto no qual as instituições se inserem e que a atual estrutura e forma de tratamento dos dados advindos destes exames têm refletido de forma negativa no trabalho docente, provocando em algumas instituições escolares estreitamento curricular, treinos, engessamento pedagógico e práticas acríticas, o que indica a necessidade de reflexão sobre as finalidades às quais as avaliações em larga escala têm servido (Ferreira e Pereira, 2019, p. 1).

De modo a não interromper o currículo de ensino, é extremamente comum que as instituições escolares e os profissionais educadores optem por não estender e, às vezes, nem tão pouco discutir com os alunos a perda e o processo de luto. Acreditando que esse sentimento deve ser vivido e compreendido em ambiente familiar, quando, na verdade a escola é responsável por uma grande parte das novas experiências as quais os alunos são expostos, como também pode ocorrer com o luto.

Nas suas contribuições para o tema, Kovács (2012) coloca que não existe uma forma viável de excluir a morte e o luto do ambiente escolar, uma vez que esses alunos, pelo menos em algum momento das suas vidas, vão ser impactados por uma morte e /ou por uma perda significativa. Sendo assim, é extremamente prejudicial notar que a formação docente, na maioria esmagadora dos casos, não reserva uma parte do currículo para orientar os futuros educadores sobre as formas corretas de se abordar o tema da morte e orientar os alunos em um processo de luto. Por isso, a autora defende que a morte, o luto, devem ser temas recorrentes na formação docente, bem como em cursos complementares para educadores já formados e devem existir dentro do ambiente escolar como atividades pedagógicas que aproximem os alunos dos temas, desmitifiquem as ideias prejudiciais comumente aceitas e prepare os mesmos para essas situações.

Rodriguez (2019) faz o caminho contrário das ideias neoliberalistas aplicadas à educação, tão marcantes em um contexto atual, para o autor, reservar um tempo e adicionar ao Currículo Educacional temas que se relacionam com a morte e com o luto, traria benefícios para o rendimento escolar, uma vez que os alunos se sentiriam mais seguros, estariam melhores orientados e conseguiriam enfrentar esse processo tendo a escola e os educadores como aliados. Tal realidade deriva do fato de que o processo de luto, sobretudo quando vivido por indivíduos ainda em formação, necessita de atenção, escuta, compreensão e acolhimento, para ter maiores chances de ser concluído sem que doenças ou transtornos tenham se desenvolvido.

Ilustrando essa realidade, Domingos e Maluf (2003) são os responsáveis por um estudo realizado com 25 indivíduos escolares, com idades que variavam entre 13 e 18 anos e estavam em um processo de luto pela morte de um ente querido. O método de coleta dos

dados compreendia na realização de entrevistas semiestruturadas, onde as questões se relacionavam com: circunstâncias das perdas, reações às perdas, o adolescente enlutado e a família, o adolescente enlutado e a escola, o adolescente enlutado e expressão emocional.

Os resultados apontam para a forma como a motivação da morte impacta diretamente na intensidade e na propensão melancólica e depressiva do processo de luto, uma vez que aqueles alunos onde os entes queridos foram assassinados, cometeram suicídio ou morreram por consequência de uma doença extremamente estereotipada como a AIDS, possuem limitações e grandes dificuldades para verbalizar e discutir as suas dores e os efeitos desse processo de luto. Porém, um dado é unânime, todos os integrantes da pesquisa, em como as suas famílias, alegam que a escola e os educadores foram ineficientes ao prestar apoio e colocar-se como um suporte para esses alunos em um momento de tamanha vulnerabilidade (DOMINGOS; MALUF, 2003).

Na suas pesquisas realizadas, Mascia e Silva (2014) defendem a ideia de que a morte, o processo de luto e as suas implicações não podem apenas ser abordadas em sala de aula, bem como a escola não pode apenas afirmar que está disposta a prestar apoio e acolhimento ao aluno enlutado, mas sim deve ser tema de atividades pedagógicas que, com base na psicanálise, podem contribuir de forma positiva para o processo de luto desses alunos. A chamada “escrita sobre si” é uma das atividades que pode ser definida como necessária em ambiente escolar para aqueles alunos que estejam em luto, a atividade compreende em incentivar o aluno a escrever sobre a morte, os seus sentimentos e a sua perspectiva sobre a perda e a interrupção do vínculo existencial e físico com a pessoa que motiva o luto, resultando em uma ressignificação da morte e do luto em si.

498

Logo, é dever da escola compreender e buscar tornar aberto e acolhedor o espaço para os alunos que estejam em processo de luto, trazendo essa discussão para a pauta durante a jornada de ensino, interrompendo os demais conteúdos para encaminhar os alunos para uma forma saudável de passar por esse intenso e doloroso estágio. Outro ponto importante, tendo em vista a qualidade de transformação que o ensino deve ter, se relaciona com a obrigação que a escola possui de discutir temas e fenômenos sociais importantes que podem afetar a saúde física e mental dos alunos, sendo o luto um desses processos.

CONCLUSÃO

Mediante os dados bibliográficos coletados para que fosse viabilizada a presente pesquisa foi possível concluir que a morte é um tabu extremamente forte na sociedade,

mesmo que seja uma realidade inegável e inevitável, ainda são limitados os espaços de discussão, fora dos ambientes acadêmicos, sobre a morte, o luto, a perda e todos os processos que se seguem após o advento final.

A ausência de discussões e da apresentação dos conceitos relacionados ao luto é ainda mais intensa nos ambientes escolares, onde os indivíduos ainda se encontram em processo de formação, mas já estão sujeitos a passar por processos de perda e manifestar as características do luto.

A conclusão direciona para a premissa de que não existem benefícios diretos em anular, silenciar e relativizar o luto dentro de sala de aula, continuando com o conteúdo pragmático para não haver perdas no desempenho e no rendimento escolar. Essa conduta, em cenários mais intensos, pode contribuir para a não execução natural do luto, fazendo com que o mesmo se intensifique, se estenda e prejudique ainda mais a saúde mental dos alunos.

Porém, a problemática é muito mais profunda quando a análise se volta para o processo de mercantilização da educação pública no Brasil, licenciada e validada pelas conhecidas Parcerias Público-Privadas, onde a iniciativa privada se torna agente decisório de instituições educacionais públicas, implementando ideologias neoliberais que quantificam e não qualificam o sistema de ensino.

499

Nessa perspectiva, acredita-se que a abordagem do luto e da morte nos ambientes escolares não deve ocorrer apenas, e nem tão pouco só, no momento em que algum aluno sofre uma perda ou a unidade escolar em si. Mas sim, deve ser abordado durante todas as fases do ensino básico nacional, desde os anos finais da educação infantil até o ensino médio, através de atividades pedagógicas lúdicas e que concordem com a idade e as necessidades dos alunos. Apenas dessa forma seria possível garantir que esses alunos estriam um pouco mais cientes dos conceitos que se relacionam a morte e o luto, havendo uma preparação para possíveis situações que podem ocorrer.

Já quando o processo de luto se inicia pela perda de algum aluno ou de algum componente de corpo escolar, é preciso que os educadores estejam prontos para não anular o fato e nem tão pouco os sentimentos que vão derivar do mesmo, se apresentando como uma base de apoio e acolhimento para esses alunos, incentivando a realização de atividades que visem liberar e gerar reflexão e ressignificação dos fatos ocorridos, justificando a necessidade de um profissional psicólogo nas unidades escolares, acompanhando e intervindo quando necessário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPOS, Érico Bruno Viana. Considerações sobre a morte e o luto na psicanálise. *Revista de Psicologia da UNESP*, p. 13-24, 2013.

CAVALCANTI, Andressa Katherine Santos; SAMCZUK, Milena Lieto; BONFIM, Tania Elena. O conceito psicanalítico do luto: uma perspectiva a partir de Freud e Klein. *Psicólogo informação*, v. 17, n. 17, p. 87-105, 2013.

COCENTINO, JamilleMamed Bomfim; VIANA, Terezinha de Camargo. A velhice e a morte: reflexões sobre o processo de luto. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, v. 14, n. 3, p. 591-599, 2011.

CUNHA, M. J. dos S. Formação de professores: um desafio para o século XXI. In: *Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia*, 10., 2009. Braga, Portugal. Anais [...] Braga, Portugal: Universidade do Minho, 2009.

FREITAS, L. C. Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática. Campinas: Papirus, 1995. 288 p.

FREUD, Sigmund. Luto e melancolia. Editora Cosac Naify, 2014.

KÚBLER, Ross. Acolher a morte. Cruz Quebrada: Estrela Polar da Oficina do Livro - Sociedade Editorial, 2008.

LIBÂNEO, J. C. Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2012. 500

MARTINS, G. D. A.; THEÓPHILO, Carlos Renato. Metodologia da investigação científica. São Paulo: Atlas, p. 143-164, 2009.

PERRENOUD, P. O trabalho sobre o habitus na formação de professores: análise das práticas e tomada de consciência. In: PAQUAY, L.; PERRENOUD, P.; ALTET, M.; CHARLIER, É. (org.). *Formando professores profissionais quais estratégias? Quais competências?* 2. ed. rev. Tradução de Fátima Murad e Eunice Gruman. Porto Alegre: ArtMed, 2018. p. 161-184.

RAMPAZZO, Lino. Metodologia científica. Edições Loyola, 2005.

RODRIGUES, William Costa et al. Metodologia científica. Faetec/IST. Paracambi, p. 2, 2007.

SAKATA, Kelly Letícia da Silva et al. As parcerias público-privadas. *Roteiro*, v. 45, 2020.

SAMPIERI, Roberto Hernández et al. Metodologia de pesquisa. México, DF: Mcgraw-hill, 2013.

DE ALMEIDA, Bruno Henrique Prates. Pulsão de morte: convergências e divergências entre Sigmund Freud e Wilhelm Reich. 2007.

FREUD, Sigmund. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Imago editora, 2016.

FREUD, Sigmund. Resumos da edição padrão das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Instituto Nacional de Saúde Mental; [à venda pelo Supt. Docs., Governo dos EUA. Impressão. Off., Washington, 1971.

FREUD, Sigmund; FREUD, Ernst L. Cartas de Sigmund Freud. Courier Corporation, 1992.

GUTIÉRREZ-TERRAZAS, José. O conceito de pulsão de morte na obra de Freud. *Ágora*, v. 3, n. 2, 2002.

JOLIBERT, Bernard. Sigmund Freud. *PROSPECTS-UNESCO*, v. 23, p. 459-459, 1993.

RUDGE, Ana Maria. Pulsão de morte como efeito do supereu. *Ágora*, v. 9, n. 1, p. 79-89, 2006.

LOPARIC, Zeljko. De Freud a Winnicott: aspectos de uma mudança paradigmática. *Winnicott e-prints*, v. 1, n. 1, p. 1-29, 2006.

HERRMANN, F. Da clínica extensa à alta teoria: A história da psicanálise como resistência à psicanálise. *Percurso: Revista de Psicanálise*, v. 15, n. 29, p. 15-20, 2002.

GONÇALVES, Camila Salles. Sartre e a psicanálise contemporânea. *DoisPontos*, v. 3, n. 2, 2006.

CAMPOS, Érico Bruno Viana. Considerações sobre a morte e o luto na psicanálise. *Revista de Psicologia da UNESP*, p. 13-24, 2013.

KEHL, Maria Rita. O tempo e o cão: a atualidade das depressões. Boitempo Editorial, 2015.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. Teoria do Luto em Psicanálise. *Revista PsicoFAE: Pluralidades em Saúde Mental*, v. 8, n. 2, p. 28-42, 2019.

SOARES, Leticia Gomes Azevedo; DE CASTRO, Marcelo Matta. Luto: colaboração da psicanálise na elaboração da perda. *Psicologia e Saúde em debate*, v. 3, n. 2, p. 103-114, 2017.

Duvernoy, Doriele Silva de Andrade Costa. BNCC e engessamento do currículo: o par experiência/sentido como estratégia de resistência e de transgressão na formação de professores. XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd, 2018.

KOVÁCS, Maria Julia. Educadores e a morte. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, SP. Volume 16, Número 1, janeiro/Junho de 2012: 71-81.*

RODRIGUEZ, C. F. Falando de morte na escola: o que os educadores têm a dizer? 2010. 341 f. 2019. Tese de Doutorado. Tese [Doutorado em Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano]-Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

DOMINGOS, Basílio. MALUF, Maria Regina. Experiências de Perda e de Luto em Escolares de 13 a 18 Anos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 2003, 16(3), pp. 577-589. Universidade de São Paulo - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.

MASCIA, Márcia Aparecida Amador. SILVA, Juriene Pereira da. É preciso falar sobre a morte. alguém escuta? A escrita de si como alternativa ao silenciamento da escola em relação à dor do aluno enlutado. *Revista Educação e Cultura Contemporânea* 2004-2019. Universidade Estácio de Sá, 2014.